

Entrevista sobre Abastecimento de Energia

Radiobrás, Programa “Revista Brasil”

14/09/2007

Duração: 14'08''

Walter Lima: Nós vamos agora abordar um assunto que vem sendo muito comentado aqui no nosso país, que é a possibilidade de um risco de apagão já em 2011, um fato que vem preocupando a sociedade como um todo. Nós temos duas entrevistas para falar desse assunto. Primeiro, com o representante da entidade civil Instituto Acende Brasil, que é o Claudio Sales, e depois nós vamos conversar com o Maurício Tomalsquim, que é presidente da Empresa de Pesquisa Energética e também secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, para falar também sobre essa questão, esse assunto. Deixe-me conversar então com o Dr. Claudio . Dr. Claudio, Bom Dia.

Claudio Sales: Bom Dia, Walter.

Walter Lima: Muito obrigado ao senhor por estar conosco. Presidente, de que forma o senhor avalia essa preocupação? Os senhores também estão preocupados?

Claudio Sales: Certamente, nós nos comprometemos com a sociedade brasileira a fazer trimestralmente uma avaliação sobre o risco de decretar racionamento. Importante entender isso porque, no Brasil, 85% da eletricidade gerada vêm de usinas hidrelétricas e está sujeito a regimes de chuva. Ano chove mais, ano chove menos. Portanto, é importante olhar pelo menos 5 anos adiante com alguma precisão, levando em consideração todas as usinas que existem hoje, todas as condições de transmissão de eletricidade e o crescimento da demanda, do uso da energia previsto para esse período. Os dados que nós usamos nas análises são os mesmos dados usados pelo Operador Nacional do Sistema, que é o órgão oficial encarregado de fazer o despacho, de ligar e desligar as usinas para atender a demanda de eletricidade em todo país. E o que o nosso estudo demonstra (e nós nos valem para isso da PSR, que é uma das consultoras mundialmente consagrada em análises desse tipo), o que o nosso estudo demonstra é que, olhando a partir de hoje, o risco de decretar racionamento em 2011, é 22%. Para se ter uma idéia disso, Walter Lima, é importante considerar que o risco razoável e aceitável é de 5%, no máximo; 22% seria muito alto. Portanto, esse estudo nos dá um alerta, e não um alarme, no sentido de que devemos abandonar o navio porque vai afundar. Ou seja, não estamos dizendo “com certeza vai haver racionamento”. Mas dizemos com segurança que esse risco de 22%, visto hoje, é muito alto, não se pode conviver com ele. Então tem-se que tomar medidas concretas para gerar uma eletricidade adicional para fazer com que esse risco caia para o nível dos 5% aceitáveis. Se me permite, Walter Lima, porque você falou isso no preâmbulo, você até disse que vai entrevistar uma autoridade do governo encarregada de tratar desse assunto. E aí eu adianto – até para dar subsídios para sua entrevista: a principal crítica que nós fazemos é da falta de transparência por parte do governo em relação ao tratamento desses temas. As informações que emanam do governo muitas vezes confundem mais a sociedade do que esclarecem, e eu realmente não consigo entender qual a razão. Por exemplo, o dado que eles estão considerando de risco, de déficit, da ordem de 5%, 6% para esse período, é um dado que leva à conclusão errônea, pelo seguinte: quando nós falamos em “Risco de Decretar Racionamento”, nós estamos falando de uma situação real, semelhante ao que aconteceu em 2001, por exemplo, quando tivemos aquela crise em que o país foi obrigado a racionar, ou seja, cortar a sua demanda de energia em pelo menos 20%. Ou seja, é uma situação em que, por se olhar para a frente e se perceber que há um risco de se faltar energia, toma-se uma decisão *a priori* de se racionar pra não expor o país a uma situação em que pode acontecer de não ter água mais para girar as turbinas. É assim que é feito e é por isso que o cálculo sendo feito assim resulta um percentual maior de risco, que é absolutamente verdadeiro. O dado que está sendo apresentado pela Empresa de Pesquisa Energética, dirigida pelo Sr. Tolmasquim (que o senhor anunciou que vai entrevistar também), é um dado que considera uma situação que pode ser legítima para planejamento de longo prazo, e não para se avaliar o risco de racionamento. Qual é esse dado? Ele considera um déficit única e exclusivamente quando a água acaba no reservatório, quando a usina pára de produzir energia porque a turbina pára de rodar. Ora... país nenhum do

mundo vai, na realidade, esperar chegar a uma situação tão dramática como essa. Seria como esperar apagar a luz e, depois, o país inteiro ficar às escuras, esperando que chova para encher o nível das turbinas e elas poderem rodar de novo.

Walter Lima: Quando eu disse para o senhor que eu ia entrevistar uma autoridade do governo acho que eu me enganei, já que a Empresa de Pesquisa Energética me parece também que é uma entidade civil.

Claudio Sales: Não... Permita-me corrigir: ela não é uma entidade civil, ela é um órgão subordinado ao Ministério de Minas e Energia.

Walter Lima: Obrigado pela correção. Então, avançando aqui na entrevista, Dr. Claudio, como o senhor avalia a questão do anúncio do PAC, justamente um determinado volume de recursos, voltados justamente para esse setor energético. Como é que o senhor avalia isso?

Claudio Sales: Eu acho que o alerta que nós vínhamos dando já há algum tempo torna-se ainda mais importante. Vou dizer por que. Essa análise que eu lhe apresentei de risco de decretar racionamento em 2011 no nível de 22% está associada a uma falta. E nós fizemos também um estudo sobre um balanço da energia, que quer dizer a quantidade de demanda de energia elétrica e a quantidade de oferta com a qual o país poderá contar daqui até 2011. Importante destacar, Walter Lima, que nessa oferta estão previstas todas as usinas que estão em construção ou previstas a entrar em operação nesse período, segundo dado oficial da EPE, Empresa de Pesquisa Energética e da Aneel que é a agência reguladora do setor elétrico. Há um cronograma de entrada de operação dessas usinas. Está previsto também um termo de compromisso recentemente aprovado pela Petrobrás e a Aneel, segundo o qual a Petrobras se compromete a disponibilizar gás para as usinas termoelétricas que hoje existem mas não tem gás para rodar. Prevê-se que será cumprido esse termo de compromisso, será cumprido a risca. Enfim, supondo que não haja nenhum atraso nas usinas com as quais nós estamos contando nesse período e que ainda não estão prontas, mesmo assim estarão faltando cerca de 1.800 MW médios. O que é isso? 1.800 MW médios de energia é o equivalente a por exemplo 2/3 da energia do Grande Rio, só para você ter uma idéia. Ou seja: é uma coisa muito expressiva. E esses cálculos foram feitos num cenário em que o PIB cresceu 4,8% ao ano. Você deve ter visto, todos viram nos jornais de ontem, amplamente divulgados, os últimos resultados do crescimento do PIB, apontando para números até maiores do que 4,8% ao ano. Então, nós estamos hoje numa situação de alerta grave, de alerta importante, em que, em primeiro lugar, nós precisamos assegurar que não haja atraso nenhum, que sejam removidos os obstáculos que resultem em atraso nas construções dessas usinas com as quais nós estamos contando entre agora e 2011. Essa é a primeira coisa, não ter atraso: a Petrobras não falhar no termo de compromisso, não ter dificuldades ou obstáculos que se repetem na obtenção de licenças ambientais, enfim, coisas desse tipo. Acabar com esses obstáculos para que as obras, os cronogramas das obras, possam ser cumpridos, número 1. Número 2: produzir uma maneira para que 1.800 MW adicionais, 2/3 do que seria o consumo do Grande Rio, sejam construídos, além dessas que já estão previstas. É importantíssimo que isso aconteça, senão vai faltar adiante. Importante destacar Walter Lima, daí o alerta grave é que é alerta sim para que não se derrape mais nessa situação e se aja com transparência, fazendo com que esses novos 1.800 MW sejam feitos os mais baratos e mais eficientes possíveis para que a gente conte com essa energia porque senão o risco de 22%, com o passar dos anos, ao invés de cair para o que esperamos (que é da ordem de 5%), ele tenderia a aumentar.

Walter Lima: Quando se fala na recuperação de Angra, ampliar também Angra, com a energia nuclear, como é que o senhor avalia isso?

Claudio Sales: Eu tenho bastante clareza nessa questão. Em primeiro lugar, é importante destacar que Angra e esses outros grandes projetos que estão muito falados na imprensa, como o projeto do Rio Madeira, lá na região Amazônica, o projeto de Belo Monte também na região Amazônica, e Angra, todos esses projetos, eles só entram em operação, só estão previstos para entrar em operação, mesmo que comecem agora, muito depois de 2011. Eu estou falando 2013, 2014 etc. Portanto, são dois cenários que nós temos que cuidar. Primeiro: a realidade mais iminente, que é de agora pra 2011: não podemos derrapar nenhuma semana mais na construção dessas usinas e ainda temos que fazer 1.800 MW a mais. A segunda questão é Angra e outros projetos dali pra

frente. Sobre Angra, sobre a qual você me perguntou, Walter, eu tenho um comentário que é o seguinte: Angra 3, ela custa, segundo dado oficial do governo, só para terminar, R\$ 7 bilhões trezentos milhões, isto independentemente do que já foi gasto lá. E ela tem uma capacidade de 1.300 MW. Em português claro, são 1.020 MW médios, e ela é igual a Angra 2, que produz 1.020 MW médios de energia. Para fazer 1.020 MW médios de energia, está-se gastando, só de investimento, independente do custo operacional do combustível nuclear, que tem que ser comprado para ela operar, só para terminar a obra R\$ 7.200.000.000. Fazendo essa conta e comparando, por exemplo, com a usina de Estreito, que é uma usina hidrelétrica de 1.000 MW que está sendo construída aqui, fazendo a conta certinha, na regra de 3, só o custo de construção de Angra 3 está custando pelo menos 25% mais caro do que Estreito. Então, a minha pergunta para você e para todos seus ouvintes é: porque raios, nós brasileiros, um país sabidamente de nível de renda baixo, que não suporta aumentos, que paga conta de luz com dificuldade, em que cada R\$ 1, R\$ 2 que possa ser poupado na conta de luz é importante porque volta na forma de alimento ou de uma passagem a mais que se compre no ônibus ou no metrô, porque o Brasil vai ter que pagar uma energia mais cara do que poderia estar pagando se construísse a usina de outra forma. Eu não vejo nenhuma razão. O fato de que já foi investido muito em Angra 3 não é justificativa para investir mais. É a mesma coisa que você, em casa, vai comprar uma bicicleta, e aí você dá uma primeira prestação de R\$ 50 e aí falta pagar, digamos R\$ 200. Aí você diz o seguinte: bom... tenho que pagar R\$ 200. Mas, aí, sai uma bicicleta ao lado, igualzinha, que pedala do mesmo jeito, com a mesma performance, que custa, nova, R\$ 100. Então, eu vou abrir mão de pagar os R\$ 200, desisto daquela primeira bicicleta, e compro a nova por R\$ 100, que é muito melhor. É essa a situação. Porque que eu vou, agora, apegar-me aos R\$ 50 que eu dei pela bicicleta para pagar muito mais caro pela mesma coisa? É melhor desistir do que já se botou em Angra, não gastar esses R\$ 7.200.000.000, e gastar muito menos para fazer uma usina mais barata e que vai gerar uma energia mais barata para a sociedade brasileira.

Walter Lima: Dr. Claudio, quem quiser conhecer um pouco mais do trabalho desenvolvido pelo Instituto Acende Brasil, existe um endereço eletrônico?

Claudio Sales: Claro, Walter, tenho muito prazer em lhe dar. É www.acendebrasil.com.br

Walter Lima: Foi um prazer falar com o senhor, Dr. Claudio

Claudio Sales: Prazer, também. Muito obrigado.

Walter Lima: Dr. Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, falando conosco, sobretudo sobre a preocupação da sociedade civil na questão do abastecimento energético aqui no nosso país.